

Terra, moradia e alimento: O assentamento humano contemporâneo e a produção biodinâmica de alimentos como agentes transubstanciados da paisagem.

Land, housing and food: The contemporary human settlement and the biodynamic production of food as transubstantiated agents of the landscape.

Tierra, vivienda y alimentación: El asentamiento humano contemporáneo y la producción biodinámica de alimentos como agentes transubstanciados del paisaje.

Kelly Cristina Magalhães

Professora Doutora, UNESP,
Brasil
kelly.magalhaes@unesp.br

Cristina G. Mendes Brasileira

itacgm@yahoo.com.br

RESUMO

Atualmente, as pessoas em todo o mundo se organizam em cidades. Hoje, passamos de seis milhões para seis bilhões de exploradores de uma biosfera cuja resiliência da paisagem não pode mais ser presumida. É preciso, então, nas cidades, tentar satisfazer os múltiplos interesses humanos das mais variadas formas. Como uma das questões indutoras da investigação, delimitamos premissas para o projeto da paisagem, partindo da discussão sobre a polêmica da ausência de políticas públicas inclusivas de acesso à moradia. Efeito dessa escassez está o afastamento do Estado, e o consequente fortalecimento de movimentos sociais de luta por moradia transforma o cenário de pequenas no interior do país, como o caso de Bauru-SP. Temos como exemplo o Movimento Social de Luta dos Trabalhadores (MSLT), que defende o direito à moradia para famílias de baixa renda e busca promover o direito ao acesso à terra para a população mais vulnerável no município em questão, bem como em localidades vizinhas. Analisam-se, fundamentalmente, três aspectos, quando possível:

1. O acesso à terra como dimensão da noção de território, premissa que possibilitou uma investigação sobre as condições de acesso à moradia como espaço para a produção de alimento a partir da aproximação com assentamentos dos movimentos sociais, 2. Na mesma escala crescente é a demanda de literaturas referente a produção de alimentos associada a nutrição para o desenvolvimento humano, 3. Em última instância a aproximação dos entes cidade e floresta para compreensão dos problemas em torno da imersão da cidade na mata de cerrado e tirar alimento.

PALAVRAS CHAVE: 1. Terra pública, 2. Movimentos sociais, 3. Produção de alimento, 4. Projeto da Paisagem.

RESUMEN

Hoy en día, la gente de todo el mundo se organiza en ciudades. Hoy, hemos pasado de seis millones a seis mil millones de exploradores en una biosfera cuya resiliencia del paisaje ya no se puede asumir. Es necesario, entonces, en las ciudades, tratar de satisfacer los múltiples intereses humanos de las más variadas formas. Como una de las preguntas que condujeron a la investigación, definimos premisas para el proyecto de paisaje, a partir de la discusión sobre la polémica sobre la ausencia de políticas públicas inclusivas en el acceso a la vivienda. El efecto de esta escasez es la destitución del Estado, y el consiguiente fortalecimiento de los movimientos sociales que luchan por la vivienda transforma el escenario de los niños pequeños en el interior del país, como es el caso de Bauru-SP. Tenemos como ejemplo al Movimiento Social por la Lucha de los Trabajadores (MSLT), que defiende el derecho a la vivienda de las familias de escasos recursos y busca promover el derecho al acceso a la tierra de la población más vulnerable del municipio en cuestión, así como en localidades aledañas. Fundamentalmente, se analizan tres aspectos, cuando es posible:

1. El acceso a la tierra como dimensión de la noción de territorio, premisa que permitió investigar las condiciones de acceso a la vivienda como espacio para la producción de alimentos desde el abordaje de asentamientos de los movimientos sociales, 2. En la misma escala creciente se encuentra el demanda de literatura referida a la producción de alimentos asociada a la nutrición para el desarrollo humano, 3. En definitiva, reunir a las entidades de la ciudad y el bosque para comprender los problemas que rodean la inmersión de la ciudad en el bosque de sabana y la toma de alimentos.

PALABRAS CLAVES: 1. Territorio público, 2. Movimientos sociales, 3. Producción alimentaria,

4. Proyecto de paisaje.

RESUME

Today, people around the world organize themselves into cities. Today, we have grown from six million to six billion explorers in a biosphere whose resilience of the landscape can no longer be assumed. It is necessary, then, in cities, to try to satisfy the multiple human interests in the most varied ways. As one of the questions that led to the investigation, we defined premises for the landscape project, starting from the discussion about the controversy regarding the absence of inclusive public policies on access to housing. The effect of this scarcity is the removal of the State, and the consequent strengthening of social movements fighting for housing transforms the scenario of small children in the interior of the country, as in the case of Bauru-SP. We have as an example the Social Movement for the Struggle of Workers (MSLT), which defends the right to housing for low-income families and seeks to promote the right to access to land for the most vulnerable population in the municipality in question, as well as in neighboring locations. Fundamentally, three aspects are analyzed, when possible:

1. Access to land as a dimension of the notion of territory, a premise that enabled an investigation into the conditions of access to housing as a space for the production of food from the approach to settlements of social movements, 2. On the same growing scale is the demand for literature referring to food production associated with nutrition for human development, 3. Ultimately, bringing together city and forest entities to understand the problems surrounding the immersion of the city in the savannah forest and taking food.

KEYWORDS: 1. Public land, 2. Social movements, 3. Food production, 4. Landscape project.

1. INTRODUÇÃO

A cidade contemporânea brasileira, na perspectiva do novo ordenamento democrático colocado pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 21 de dezembro de 2001), passa pela necessidade da discussão da destinação de terras urbanas até o momento sem uso. Como se sabe, o Estatuto incide diretamente sobre terras particulares fazendo com que essas exerçam a sua função social, preconizada pelo movimento de Reforma Urbana dos anos 1970 e 1980. As terras públicas formam um acervo de áreas que estão sob a tutela da Secretaria de Patrimônio da União- SPU e outros órgãos federais, sendo estes órgãos responsáveis pela administração de terrenos e bens imóveis, sem, contudo responsabilizar se pelo destino dessas áreas. Por ser pública, a propriedade tem na sua essência a função social e assim, a função social não precisa ser reafirmada. Deste ponto, coloca-se como objetivo

deste artigo apresentar elementos para dar complexidade ao projeto da paisagem, no âmbito do exercício de disciplina do Curso de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, articulando a urgência da destinação de terras públicas, a partir da definição de parâmetros projetuais.

Ante a esse debate, tomamos o termo paisagem como base teórica para delimitação dos temas de projeto considerando que paisagem é o termo polissêmico que congrega as ferramentas necessárias para uma nova práxis urbana no âmbito do caráter planificador do pensar a cidade. Apoiar-se no estudo da paisagem implica considerar que os objetos sobre o meio físico estão em constante transformação. Assim, a partir de um novo olhar sobre o par cidade-natureza poderá render às ciências urbanas uma nova ética e uma nova maneira de se pensar a paisagem primando por sua resiliência (MAGALHÃES, 2016, p. 34).

Conceber um projeto da paisagem implica em considerar que está em transformação a postura do principal mediador, portanto a revisão das formas de conceber esse projeto também devem ser alterados. No primeiro momento, o mediador é o Observador, considerado como um expectador, mas imprescindível para ser detectada a paisagem como objeto de estudos. Posteriormente, o mediador assume a postura do transformador, porque passa a dotar-se de meios e modos de transformá-la constantemente. Com a emergência das inovações das técnicas de transformação, exige-se uma espécie de Jardineiro, apto à transformação dessa paisagem, é aquele que detém conhecimento para modificar de maneira, cada vez mais veloz, esse jardim. A cidade moderna, sua forma e seu conteúdo, é resultante deste estágio de concepção da paisagem. A velocidade de transformação é requisito fundamental para entendermos como esse conhecimento acelera e oferece elementos para o Gestor da paisagem tomar medidas fundamentais para o projeto da cidade na contemporaneidade

Neste sentido, a emergência de uma nova concepção da cidade. Porém, uma cidade não mais apta a constantes renovações, mais espalhada no território, e inerte pelas aporias aos modelos ecológicos, tem a paisagem como a novidade, e torná-la como ferramenta no modo novo de pensar/organizar/gerir a cidade é objeto de interesse para um projeto da paisagem.

A paisagem torna-se o instrumento através do qual podemos abordar a complexidade da cidade contemporânea, encontrando em categorias aparentemente obsoletas,

novas formas de legitimidade da ação. Para Sampieri (2008), "a força da paisagem é a capacidade de gerenciar a heterogeneidade através uma espécie de nebulosa envolvente, capaz de tornar inofensiva a pluralidade, para expurgar o conflito. "Dentro da paisagem cada um encontra o seu lugar" (SAMPIERI, 2008, p. 58).

Em outra escala, opta-se pela análise da sobreposição e justaposição dos elementos morfotipológicos da cidade e da sua relação com os elementos constituintes das áreas protegidas localizadas nas imediações do núcleo urbano. De certa forma, invoca-se uma pauta para protocolar o assentamento humano, na escala da comunidade e de uma freguesia sustentável. Como ordem geral, incubar um modelo de residência artística-bioeconomia, uma casa auto suficiente e que produz monetização. Promover a aproximação da realidade do assentamento com Política Públicas de quintais verdes, como programa renda mínima, a partir da apresentação de uma área urbana de 12 m².

A paisagem é, em última instância, a forma que melhor responde a interpretação das constantes mudanças do espaço social construído e edificado. Assim entende-se que ela pode ser pensada e organizada para que tais forças se equilibrem no sentido de melhor extrair do espaço natural formas de vida. E para isto deve ser projetada. Que projeto da paisagem queremos? Como é possível associar terra, moradia e produção biodinâmica de alimentos em assentamentos humanos na cidade contemporânea?

2. TERRA E TERRITÓRIO: MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA POR MORADIA NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

2.1 LUTAS POR TERRA E LUTAS POR TERRITÓRIO

Na atualidade, em resposta ao processo de consolidação de políticas públicas que exclui as classes mais baixas do acesso à políticas de habitação, os movimentos sociais de luta por moradia se espalharam pelo Brasil, em consonância com os movimentos de luta pela terra. Dentre esses movimentos, podemos citar o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) que enfrenta um embate para o acesso à terra pela Reforma Agrária, ao mesmo tempo que movimentos sociais propagados em meados do século XX, assumiram a pauta nas cidades. Atuando no interior do Estado de São Paulo, mais especificamente na cidade de Bauru, o MSLT (Movimento Social de Luta dos trabalhadores Campo e Cidade) tornou-se elo entre os excluídos dos sistemas de habitação de interesse social e a vida urbana.

O modus operandi do MSLT tem sido através de ocupações de terras públicas, a fim de possibilitar a imediata regularização de uso e ocupação dessas áreas. Nestes casos, a viabilidade de sua Regularização Fundiária, bem como a permanência dessas famílias nas áreas ocupadas, é facilitada e se torna um estímulo à ocupação.

A implantação se deu em área já parcelada aproximadamente nos

anos 1980. O parcelamento feito nesta época era feito com o desbaste excessivo de áreas vegetadas. A lógica de oferta desses lotes é a disponibilidade dessas terras para famílias de baixíssima renda e em lugares muito distantes da área central da cidade, bem como da oferta de bens e serviços. Os lotes têm facilidade de acesso pelo baixo custo e ficam à espera das benfeitorias.

No caso da ocupação do assentamento Nova Canaã, que teve seu início no ano de 2013 com a chegada de cerca de 300 famílias, em sua maioria desempregados ou trabalhadores do mercado informal e permaneceu nas terras até janeiro de 2019.

A ocupação foi paulatina e, ao final de 2018, o acampamento contava com 670 famílias. O número de acampados e as condições precárias do acampamento forçaram o Ministério Público a elaborar um Termo de ajuste de conduta (TAC), que permitiria a permanência destas famílias por até três anos. O período do acordo refere-se ao tempo necessário, que o município considerou suficiente, para produzir programas de moradia e finalmente atender às demandas da população de baixa renda, contados da data de assinatura do documento. Nele constavam as obrigações da prefeitura para com as famílias, tais como fornecimento de caminhões pipa com 5000 litros de água, transporte das crianças até as escolas, transporte público até o acampamento. Antes de uma decisão judicial, as famílias não poderiam construir casas de alvenaria, pois a permanência não estava certa.

Figura 1: Casas construídas em madeira para abrigar famílias no Nova Canaã.



Fonte: os autores, julho de 2018.

Deste momento, iniciou-se uma luta para dar visibilidade à situação enfrentada por essas famílias e a Universidade Estadual Paulista (UNESP) – se envolveu de diversas formas através dos cursos de Jornalismo, Educação física e a Arquitetura.

No caso do curso de Arquitetura, urbanismo e Paisagismo que tinha como objetivo desenvolver uma proposta projetual, em nível de extensão universitária para prestar atendimento à uma comunidade em situação de risco. Coloca-se assim, uma alternativa do projeto aos processos convencionais da lógica de produção do espaço urbano e da moradia, que historicamente se fundamenta na especulação imobiliária, na degradação ambiental e exclusão sócio territorial, presente nas cidades brasileiras (Increase, 2019).

Com o intuito de garantir uma devolutiva, mediante a entrega dos projetos ao líder do movimento, pois entendemos que o projeto assume o status de instrumento de politização, para que através dele a comunidade possa exigir melhorias no seu ambiente, isto acarreta a maior proximidade com os atores

que se quer alcançar: a comunidade de habitantes do assentamento, as lideranças, a comunidade em a comunidade de habitantes do assentamento geral e uma equipe de proponentes, alunos e professores.

A junção das pautas terra, moradia uniram desde o ano de 2017 lideranças e famílias pertencentes aos movimentos sociais e o poder público, àquela época disposto a estabelecer níveis de negociação de regularização fundiária de inúmeras famílias em busca de moradia

A terra pública, aquela que não foi incorporada a esse processo de urbanização, pode ser entendida como o acervo de patrimônio público que facilmente dará condições de famílias, que hoje não tem onde morar, se instalarem. Assim como seu destino, em razão da ineficiência gerada pelo mau uso, por suas dimensões e pelas oportunidades que oferecem para a consecução de objetivos específicos, podem ser aferidos e melhor geridos. Sendo assim, é fundamental para garantir o acesso à terra e o desenvolvimento de grandes projetos de urbanização, apreender os seguintes aspectos: Como se dão as reservas de terra para o uso público e se informam sobre

o uso da paisagem? De que forma ocorre a oferta do verde nesse espaço? Quais os elementos mais marcantes e suas formas espaciais, bem como a diversidade desses componentes estruturantes da paisagem? Quais as dinâmicas entre esses elementos e as continuidades possíveis de serem apreendidas entre eles no espaço? Como as dinâmicas estabelecem a mecânica da preservação e proteção dos recursos naturais e como consideram a sustentabilidade da sócio biodiversidade e a cultura da autonomia permanente?

2.2 NOVO DESENHO DAS LUTAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA DISPONIBILIDADE DE TERRAS PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTO

De ordem das diretivas de entidades que regulam a profissão do Arquiteto Urbanista, cria-se assim uma plataforma de interlocução da população com os técnicos, no âmbito da formação do curso de arquitetura e urbanismo, ao tomarmos a terra pública como importante meio de debate urbano e de acesso à moradia. Tais discussões são alicerçadas pelas ações em ATHIS- Assistência Técnica em habitação de Interesse Social, previstas na Lei 11.888 de 24 de novembro de 2008, que em seu artigo 1º "assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto n°6 da Constituição Federal".

Quanto à orientações de abordagem da Lei de Regularização fundiária, toma-se os ditames da Lei 13.465, de 11 de julho de 2017 que "dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana" e "sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados

da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal" bem como "institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências".

Assim também, vale a pena mencionar o acervo imobiliário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que detém inúmeros imóveis em meio ao ambiente urbano em várias regiões do país, concentra terras oriundas dos terrenos. Como afirma Maricato (2008) Essa concentração fundiária é catalisadora de processos que desencadeiam o verdadeiro abismo, de renda e desigualdade, existente entre ricos e pobres; é também um dos obstáculos para a reforma urbana e para a implementação de uma política inclusiva de acesso à terra "seja no campo ou na cidade, a propriedade da terra continua a ser um nó na sociedade brasileira". Vale ressaltar que a concentração da propriedade privada da terra no Brasil se situa no centro do conflito social, alimenta processos de desigualdade entre ricos e pobres e a tradicional relação entre propriedade, poder político e poder econômico.

A notícia é alarmante e dá destaque à região de Bauru como "o novo Pontal do Paranapanema" em 2017, "denominação que foi dada por conta da dimensão de áreas improdutivas e devolutas e pelo fato de a região ser considerada o principal foco de conflitos de posses em todo o Estado" (JCNET, acesso 15/10/2019), e que possibilitou inserção destas terras na agenda de debates sobre a disponibilidade de terras para o assentamento de populações e fortalecimento dos movimentos de luta por moradia.

A cidade de Bauru está localizada na franja de conquista do oeste do Estado de São Paulo, ocupação que se deu tardiamente em meados do século XIX. Por um longo período, a região ficou conhecida como Sertão de Bauru, onde pioneiros mineiros, desinteressados de participar da Guerra do Paraguai, se embrenhavam na conquista de terras, porém os habitantes indígenas da região eram temidos e isto dificultou o acesso de exploradores.

Logo, a questão do crescimento urbano poderá ser compreendida pelo crescimento do interesse em parcelar terras e inseri-las no mercado imobiliário, bem como o meio legal estabelecido por bases políticas para implementação de instrumentos e técnicas de controle do uso do solo urbano. Tais formas de controle, em geral, tratavam-se ditames estaduais ou federais, que pouco compreendem características locais e possíveis parâmetros para o desenho urbano. Assim, as formas tradicionais de incorporação de novas áreas às áreas urbanizadas foram sempre acompanhadas por um conjunto de regras sem qualquer indicativo de se discutir qualidade espacial e estética, questões ambientais, melhora adequação das áreas livres de edificação, entre outros aspectos.

Embora não haja, entre os milhares de municípios brasileiros, um cenário único quanto à gestão das terras públicas municipais, destacam-se algumas características comuns. As terras públicas municipais foram originadas, principalmente, por terras devolutas existentes nas áreas urbanas e pela doação de áreas públicas por ocasião do parcelamento do solo para fins urbanos.

Entendendo que a agricultura determina a organização dos recursos naturais, a começar pela fronteira dos recursos hídricos e a ocupação do solo, estes por sua vez determinam a construção e gestão da paisagem. O avassalador crescimento da demanda por alimento estabeleceu "a questão das relações entre os indivíduos, as sociedades e os meios ecológicos". Naturalmente confronta a cultura da chamada "psicologia bandeirante" com a cultura natural da organização social da paisagem. E não menos adiante, esse sistema agrícola projetado para sustentar as fronteiras, frutos de tal "psicologia", contém o risco (in)sustentável para a permanência da vida entre os reinos. Dissociando o sentido da sócio biodiversidade funcional da base da sustentabilidade e do progresso, rompendo com os sentidos da educação, da produção de alimentos, nutrição e da moradia. Da ecologia do assentamento humano associada a transubstanciação da paisagem construída. Cultura do progresso pautada na produção da indústria da desnutrição. A doença como mecânica da sobrevivência. As fronteiras estabelecidas nutrindo a cultura à miséria, do saneamento. O agronegócio e a crise da soberania alimentar, a monetização perante a cultura de desproteção da natureza, através dos programas políticos para alteração das Leis de preservação, em detrimento da qualidade de vida e hábitos sociais. A saúde e a alimentação. A paisagem associada a sócio biodiversidade, a cultura de proteção à natureza. A saúde pública embasando a gestão sistêmica de resíduos, a preservação dos corpos hídricos, a ocupação e uso do solo. A política de resíduos como base para a irrigação, nutrição e a monetização. A vertigem democrática da ganância verticalizada.

2.3 O QUINTAL COMO ATRIBUTO DO TERRITÓRIO PARA O PROJETO DA PAISAGEM

A partir da observação analítica e propositiva, coloca-se a hipótese de projeto para a criação de células agroecológicas urbanas, os "quintais verdes". Pensar o Quintal como unidade mínima de recuperação das características do bioma, associado ao uso do espaço da cidade. Os quintais verdes podem ser considerados como a menor parte da presença de uma Reserva de natureza na cidade, atribuindo novos valores à esta unidade e esta por sua vez construindo a paisagem, pode-se favorecer a observação dos fenômenos naturais e também os sociais, fomentando novos impulsos de organização e entretencimento da trama social e ambiental, contribuindo na construção de uma paisagem onde o ser humano e a natureza atuam associadamente. Edificando a ecologia da sustentabilidade e da preservação aos recursos naturais.

Apresenta-se aqui uma sequência de ações, como estratégias, combinando a produção de alimentos à áreas de moradia, ativando a cultura agrícola urbana relacionada com a dinâmica doméstica – daí a ideia defendida de "quintais verdes" ou, em outras palavras, da conversão desse espaço tão enraizado na cultura brasileira em uma célula produtiva, adotando princípios agroecológicos como eficaz produção e recuperação de solos poluídos e esgotados em meio ao ambiente urbano.

Representar uma possibilidade para erradicação da fome oculta, ou seja, cada quintal permitir o abastecimento dos nutrientes funcionais - uma das faces da fome atual, não em função da ausência do alimento, mas em

função do seu envenenamento por meio de agrotóxicos e de adubação balanceada em três elementos, a saber, Nitrogênio, Fósforo e Potássio (NPK). Daí a declaração que aponta para uma forma de agricultura que não envenena a Terra e seus frutos e que pode se associar ao saneamento das águas (wetlands construídas) e a recuperação de áreas degradadas, bem como gerir a produção de insumos e resíduos.

A agroecologia pode erradicar a fome oculta no sentido de que traz uma produção de alimento norteadora por um plano de manejo que considera a nutrição e o desenvolvimento humano para balancear a fertilidade do solo. Além disso, o sistema é pautado pela preservação do patrimônio natural, favorecendo a natureza regenerativa da terra, especialmente no tocante ao solo e à água (ALTIERI, 1989, pág. 240; CAPORAL, F.R., COSTABEBER, J. A., PAULUS, G., 2006).

O manejo agroecológico, além de significar o fortalecimento do trabalhador do campo, é o que podemos nos referir como sendo uma salvação para a lavoura, e abre a perspectiva da cultura dos quintais verdes, quando estes espaços domésticos, rurais ou urbanos, sejam recompostos como células biodinâmicas produtoras de alimentos, áreas de refúgios e zonas de conforto térmico e estético. Um equipamento da paisagem organizada.

Nessa revisão conceitual, o habitat humano urbano pode se tornar o centro responsável pela nutrição familiar, fomentando saúde, bem-estar e qualidade de vida em função desse uso combinado da moradia.

Sendo a moradia a célula que compõe

a cidade, entendemos que é possível, a partir de sua gestão renovada, avançar para uma governança no sentido de erradicar a fome oculta e uma de suas conseqüências - a miséria, permitindo que se descortine um sistema economicamente viável, social e justo.

3. CULTURA DOS QUINTAIS, RUAS, BAIROS, CIDADES E VERDES

O organismo urbano faz da cidade um ser doente, ou em estado constante de constipação, dependente de insumos externos como água, energia, alimento, materiais para a construção civil e manutenção, estruturas para possibilitar o saneamento básico, num ciclo de dependência que gera mais dependência. Observando de forma atenta, percebe-se que, para construir a morada contemporânea lida com a terra através de uma cultura de degradação, à custas de imensos prejuízos não incluídos no cômputo econômico e debitados a posteriori (futuro das gerações), provocando um ciclo de erosões em série, afetando o solo, a água e a biodiversidade.

Esse modelo já explorou os recursos naturais de tal forma que colocou em risco sua matriz energética – propiciando uma erosão genética em larga escala e por conseqüência desfavorecendo a diversidade dos alimentos, além disso, esgotando suas bases, conduzindo-as para um ponto de saturação e levando um grupo de especialistas e governos, representantes de 193 nações, a propor uma agenda global, assentada em princípios sustentáveis - documento esse chamado de Agenda 21. O que deve entrar em jogo é uma matriz enérgica que inverte esse processo de degradação e assente a humanidade de maneira sustentável.

Defender a cultura dos quintais verdes é contribuir para a promoção da paisagem produtiva, uma inversão na jornada de produzir alimentos. A partir de saberes ancestrais, propor a recriação do desenho do assentamento humano, numa linguagem bio arquitetônica, que propõe no centro da morada a produção de alimentos. Essa linguagem fomenta o cultivo dos quintais freguesias, produzindo e criando um lastro para nutrir uma feira agroecológica de economia solidária.

4. CONCLUSÕES

Aqui propõem-se uma intensa reflexão sobre o uso da terra pública para fins de habitação e melhoria na qualidade de vida em acampamentos de uma população a margem das políticas de acesso a moradia. Nesta atividade, a proposta dedica-se a pensar ecologicamente o desenho do bairro, de maneira que possibilite um entrelaçamento da estrutura construída com os elementos da natureza. A aproximação dos entes cidade e floresta para compreensão dos problemas em torno da imersão da cidade na mata de cerrado e a relação das populações com os fragmentos remanescentes da vegetação predominante no sítio onde se instalou a cidade de Bauru.

A cultura de agrofloresta urbana através dos quintais verdes possibilita produção de alimentos e a gestão sistêmica de resíduos; o manejo agroecológico biodinâmico favorece a sustentabilidade e a qualidade de vida, a partir do costume de aplicação dos preparados, incorporando as estruturas de vivificação permanente.

Espaços públicos da cidade poderão passar por uma revisão conceitual e

serem entendidos como lugares de produção de alimentos e energia, de tratamento de águas e apropriação de recursos, de reciclagem e de ossatura da cultura de reapropriação contínua e permanente e de manutenção da vida saudável, garantindo um uso social da terra pública e dos quintais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB´SABER, Aziz Nacib. In: RETTO JUNIOR, Adalberto et al. Workshop Internacional. Conhecimento Histórico-Ambiental - 2004, São Paulo: Editora Unesp, 2006.

AB´SABER, Aziz Nacib. O Relevo Brasileiro e seus Problemas, em Brasil, a terra e o homem, v. 1, cap. III, p. 135-251. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.

AB´SABER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Atelier Editorial, 2003.

ACSELRAD, H. (2009) A duração das Cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. RJ: Lamparino.

BERTRAND, G. Paisage y Geografia Física Global. In MENDOZA, J.G.; JIMINES, J.M. y CANTERO, N. O. (Orgs) El pensamiento geográfico. Estudio interpretativo y antologia de textos (de Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza Editorial, 1982

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. Caderno de Ciências da Terra, n. 13, p. 1-27, 1971.

BESSE, Jean-Marc. As cinco portas da paisagem. Congresso Paisagem e Planeamento, Barcelona, 2006.

BESSE, Jean-Marc. Ver a Terra: Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

BOUCINHAS, Caio; LIMA, Catharina Pinheiro C. S. Parque Pinheirinho d'Água: a luta por reconhecimento e visibilidade. In: Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 20, número 33. São Paulo, 2013. p. 11-34.

CAMPOS, Gonzaga de. Mappa Florestal do Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio Typ. do Serviço de Informações. Rio de Janeiro, 1926.

CARVALHO, E.T., "Erosão nos Meios Urbanos: Prevenção e Controle". In: Simpósio Nacional de Controle de Erosão, 5a edição, Bauru/SP, 1995. Anais.

CAVASSAN, Osmar Bauru: Terra De Cerrado Ou Floresta ? Ciência Geográfica - Bauru - XVII - Vol. XVII - (1): Janeiro/Dezembro - 2013

CHOAY, Françoise. O urbanismo. Utopias e realidades. Uma antologia. São Paulo. Editora Perspectiva (7a. edição), 2013.

CORBOZ, Le Territoire comme palimpseste et autres essais, Les éditions de l'imprimeur, 2001.

CORGHI, F. N et. al. PROCESSOS EROSIVOS NA ÁREA URBANA DE BAURU-SP

COSTA, G.M.; Costa, H.S. De Moura; Monte-Mor, R. L. De Melo. (2015) (Orgs.) Teorias e Práticas Urbanas. Condições para a Sociedade Urbana. C/Arte: Belo Horizonte.

- FRANCISCO, José. Da Paisagem Natural à Paisagem Transformada – o conceito da desconstrução para uma interpretação da produção do espaço. Vivência. UFRN/CCHLA. n. 33, p. 169-186, 2008.
- LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. Destruição ou desconstrução? - questões da paisagem tendência de regionalização. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.
- MAGALHÃES, K.C. Altinópolis: Por um projeto da paisagem. Tese de doutorado apresentada ao PPGEU-Programa de Pós graduação em Engenharia Urbana, UFSCar-Universidade Federal de São Carlos. 26 de agosto de 2016.
- MAGALHÃES, K.C., CASTRO, C.M. P. Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo: Contexto Contemporâneo e Desafios: Políticas Públicas. Novos Usos na Cidade Contemporânea: Inventário da Terra Pública e a destinação dos Remanescentes do Patrimônio Ferroviário no Estado de São Paulo. ISBN: 978-85-7983-990-0.
- MAGALHÃES, Manuela. Architectura Paisagística. Morfologia e Complexidade. Lisboa: Editorial Estampa, 2001
- MANTZIARAS, Panos. Ville-Paysage. Rudolf Schwarz e la dissolution des villes. Metis pressis. , 2008.
- MARTIN, André Roberto. Fronteiras e Nações. In: Repensando a Geografia. São Paulo: Editora Contexto, 1997.
- McHARG, Ian. Poyetar Con la Naturaleza. Barcelona: Gustavo Gilli, 2002.
- MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.
- MORETTI, J. A. et al. A exclusão no acesso à terra pública no estado de São Paulo. Fórum de Direito Urbano e Ambiental - FDU, Belo Horizonte, ano 9, n. 53, p. 56-68, set./out. 2010.
- OLIVEIRA, Antonio Manoel dos Santos. FUNDAMENTOS DA HISTÓRIA AMBIENTAL DO PLANALTO OCIDENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder, 1974. Disponível em: <http://www.univale.br/cursos/tipos/posgraduacao_strictu_sensu/mestrado_em_gestao_integrada_do_territorio/_downloads/por_uma_geografia_do_poder-claude_raffestin.pdf>. Acesso em: 26 de fev. 2016
- SAMPIERI, Angelo. Nel Paesaggio. Il progetto per la città negli ultimi vent'anni, 2008.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. Técnica Espaço Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SECCHI, Prima Lezione di Urbanística. Roma Bari: Gius. Laterza & Figli S.p.a, 2000.
- SILVA, Manuel Joaquim Duarte da; BARBIERI, Antonio Carlos. A urbanização desordenada de Bauru e os problemas decorrentes dos processos erosivos, XI SIMPEP – Bauru, SP, Brasil, 08 a 10 de novembro de 2004.

- SOTCHAVA, V. B. O estudo de geossistemas. Instituto de Geografia. USP, São Paulo: Ed. Lunar, 1977.
- SOUZA, C. R. de G., "A Importância da Geomorfologia no Estudo da Gênese de processos erosivos". In: Simpósio Nacional de Controle de Erosão, 5a edição, Bauru/SP, 1995. Anais.
- THIOLLENT, Michel. Pesquisa-ação nas organizações. São Paulo: Atlas, 1997.
- TSIOMIS, Yannis. Matières de Ville: projet urbain et enseignement. Paris: Edition de La Villete, 2008.
- DOCUMENTOS:
Plano de Manejo da Mata Atlântica e e Cerrado de Bauru, Prefeitura Municipal, Bauru -SP, 1998
- OUTROS SITES:
<http://www.car.gov.br/#/sobre>
<http://iflorestal.sp.gov.br/institutoflorestal/files/2013/03/%C3%81reas-Protegidas-IF.pdf>
<http://www.mst.org.br/2017/10/30/regiao-de-bauru-e-o-novo-pontal-revela-incra-em-audiencia-organizada-pela-cut-e-movimentos-sociais.html> (ACESSO: 15/10/2019)